

NEGÓCIOS DE IMPACTO E OS OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ONU 2030: POSSÍVEIS ALINHAMENTOS

IMPACT BUSINESSES AND THE OBJECTIVES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT - UN 2030: POSSIBLE ALIGNMENT

NEGOCIOS DE IMPACTO Y LOS OBJETIVOS PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE - ONU 2030: POSIBLES ALINAMIENTOS

Márcia Aparecida PRIM¹

João Geraldo Cardoso CAMPOS²

João Artur de SOUZA³

Gertrudes Aparecida DANDOLINI⁴

Solange Silva SILVA

RESUMO: Negócios de Impacto são empreendimentos com a missão de gerar impacto socioambiental, que produzem resultado financeiro positivo e sustentável. Empresas, governos e organizações da sociedade civil criam alternativas para fomentar esse mercado, a exemplo da Cartilha dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil. Este estudo tem como objetivo apresentar pontos de convergências entre esses dois documentos. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, documental e bibliográfico. Quanto ao resultado, destacam-se cinco pontos de convergência: a conceituação de sustentabilidade; os agentes de transformação; as estratégias de implementação; o acompanhamento e a avaliação.

PALAVRAS-CHAVE: Negócios de Impacto; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade.

ABSTRACT: Impact Businesses are enterprises whose mission is to generate socio-environmental impacts that will produce positive and sustainable financial results. Companies, governments and civil society organizations have created alternatives to

- 1 Mestre e Doutoranda em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Graduada em Administração pela Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC. | E-mail: marciaprim@hotmail.com.
- 2 Mestre em Administração pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Doutorando em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Graduado em Educação Física pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Professor Universitário. | E-mail: geraldo.campos@unisul.br.
- 3 Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Mestre em Matemática e Computação Científica pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Graduado em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Graduado em Matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professor Universitário. | E-mail: jartur@gmail.com.
- 4 Doutora e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Graduada em Matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora Universitária. | E-mail: ggtude@gmail.com.

Licença CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.





foster this market, such as the Sustainable Development Goals Charter, and the Charter of Principles for Impact Businesses in Brazil. This is a qualitative, document-based, bibliographic study that presents points of convergence between these documents. It was found that five points of convergence stand out: the concept of sustainability; processing agents; implementation strategies; monitoring and evaluation.

KEYWORDS: Impact Business; Sustainable Development Goals; Sustainability.

RESUMEN: Negocios de Impacto son emprendimientos con la misión de generar impacto socioambiental, que producen resultado financiero positivo y sostenible. Empresas, gobiernos y organizaciones de la sociedad civil crean alternativas para animar este mercado, como por ejemplo la Cartilla de los Objetivos de Desarrollo Sustentable y la Carta de Principios para Negocios de Impacto en Brasil. Este estudio tiene como objetivo presentar puntos de convergencias entre estos dos documentos. Se trata de una investigación de carácter cualitativo, documental y bibliográfico. Cuanto al resultado, se destacan cinco puntos de convergencia: el concepto de sustentabilidad; los agentes de transformación; las estrategias de implementación; el acompañamiento y la evaluación.

PALABRAS-CLAVE: Negocios de Impacto; Objetivos de Desarrollo Sustentable; Sustentabilidad.

INTRODUÇÃO

As transformações sociais têm-se agravado nas últimas décadas em todo o mundo, apontando fatos recorrentes e contribuintes para uma diminuição da qualidade de vida das pessoas e do desenvolvimento territorial. Trata-se de um desafio para líderes, nações, organizações e personalidades mundiais preocupados com o desenvolvimento sustentável.

Para Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010), as estruturas políticas existentes têm encontrado dificuldades para romper algumas questões contemporâneas, como as alterações climáticas, doenças e epidemias, desigualdade social, terrorismo, conflitos armados, entre outros problemas sociais, nas quais as ferramentas clássicas e as soluções mercadológicas empresariais pautadas no modelo de organizações apenas orientadas para o lucro têm se apresentado insuficientes e ineficazes. Assim, surge uma necessidade cada vez maior de utilização dos recursos governamentais na busca da redução dos problemas, exaurindo os orçamentos dos países, visto a demanda social com característica exponencial ser elevada.

Mulgan *et al.* (2007) abordam a necessidade de utilização de métodos abertos (*open sources*), da colaboração e da construção de redes, envolvendo os diversos atores, como: Governos, ONGs (organizações não governamentais), empresas, instituições da sociedade civil, academia, comunidades e negócios de impacto, na busca de criar novas soluções para os problemas como: aumento da expectativa de vida da população; o crescimento da diversidade nos países e cidades; diminuição da desigualdade (fome, pobreza, educação); redução de doenças crônico-degenerativas e doenças comportamentais (saúde); as dificuldades de transição para uma vida adulta; e para a busca de uma melhor qualidade de vida.

Diante dos desafios a serem enfrentados, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou em 2000 a Declaração do Milênio, sendo adotada por 191 países, na qual estes definiram os Objetivos de



Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tinham como finalidade a criação de esforços entre as nações sobre os temas: meio ambiente e desenvolvimento, direito das mulheres, desenvolvimento social e racismo, com uma linha temporal até 2015 (PNUD, 2016).

Em 2015, semelhante aos ODMs, foi definida a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, na qual constam os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 193 chefes de estados participaram, propondo uma ação global coordenada entre governos, empresas, sociedade civil e academia para alcançarem objetivos e metas, de forma que possam erradicar a pobreza, promovendo uma vida digna para as pessoas do planeta, com uma linha temporal de 2016 até 2030, tendo como áreas de ação: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria (PNUD, 2016).

Considerando que os problemas sociais são oriundos das manifestações humanas e das interações destes com o meio ambiente, seja na perspectiva do trabalho, da cultura, da convivência com o outro, da (des)organização das cidades, do descaso com o meio ambientes, dos conflitos de crença, etnias, raças e interesses econômicos, gerando impactos e riscos globais, os principais riscos em termos de impacto identificado para os próximos 10 anos relacionam-se com a sustentabilidade do planeta, sendo: mitigação e adaptação às mudanças climáticas; crise de água; migração involuntária em larga escala; altos preços de energia; perda da biodiversidade e colapso dos ecossistemas; crise fiscal; massificação de doenças infecciosas e uma profunda instabilidade social.

Com o objetivo de também fomentar ações com foco em atender esses desafios sociais, foi criada no Brasil, em 2014, a Força Tarefa de Finanças Sociais (FTFS), composta por representantes de vários segmentos da sociedade brasileira engajados no avanço e no desenvolvimento de negócios com fins sociais e sustentáveis.

Para Sachs (2009), desenvolvimento sustentável significa prosperidade globalmente compartilhada e ambientalmente sustentável, sendo mudanças fundamentais: sustentabilidade ambiental, estabilização populacional e fim da miséria, podendo ser atingidas por intermédio de uma mobilização global em um processo de cooperação e interação entre os povos. Diante deste cenário, nos últimos anos tem-se observado uma maior preocupação no desenvolvimento de negócios que possam ter sustentabilidade ao mesmo tempo em que possam gerar impacto social e transformação, reconhecidos na literatura como Negócios de Impacto.

Segundo a FTFS (2015), negócios sociais são empreendimentos que têm a missão explícita de gerar impacto socioambiental ao mesmo tempo em que produzem resultado financeiro positivo de forma sustentável, podendo ser: organizações da sociedade civil com geração de receita; organizações da sociedade civil com negócios sociais; cooperativas; negócios com missão social ou ambiental com restrição na distribuição dos dividendos; negócios com missão social ou ambiental sem restrição de distribuição de dividendos.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo apresentar pontos de convergências explicitadas no documento Cartilha sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU com o documento Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil, da FTFS, tendo como questão de pesquisa: que pontos teóricos de convergências podem ser observados entre os conteúdos da Carta de Princípios para Negócios Sociais e a Cartilha sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

O artigo está estruturado nas seguintes partes: após esta introdução são apresentados os procedimentos metodológicos, a revisão de literatura, os alinhamentos e as convergências entre as ODS e os Princípios para os Negócios de Impactos, seguidos das considerações finais e referências.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, quanto aos objetivos, é descritiva, pois segundo Boente e Braga (2004), caracteriza-se pelas análises qualitativas por meio de um levantamento de dados e apresenta o porquê destes dados, que para esta pesquisa está representado por meio dos textos referente à Carta de Princípios para Negócios Sociais e à Cartilha sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tem uma abordagem qualitativa que, para Ramos, Ramos e Busnello (2003), não é traduzida em números, pois a pesquisa visa apresentar as interpretações de uma análise e descrição dos pontos de convergências entre os documentos e de natureza básica, pois busca apresentar novos conhecimentos para a ciência.

Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como uma pesquisa documental, que Fonseca (2002) apresenta como uma pesquisa com fontes mais diversificadas e dispersas, sem um tratamento analítico - tabelas, gráficos, jornais, documentos oficiais, relatórios de empresas, entre outros. Pádua (2007) trata a pesquisa documental como aquela realizada a partir de documentos contemporâneos, autênticos, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo características ou tendências.

Quanto à coleta de dados, baseou-se nos termos “Negócios de Impacto” e “Cartilha sobre os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável”, quando do conhecimento pelos pesquisadores dos documentos: Cartilha sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dos Princípios para os Negócios de Impacto (PNI), durante a participação do 2º Fórum de Finanças Sociais e Negócios de Impacto 2016, realizado na cidade de São Paulo, promovido pelo ICE - Instituto de Inovação e Cidadania Empresarial e pela Vox Capital.

Estes documentos chamaram a atenção dos pesquisadores, que, em momento posterior, realizaram a busca dos mesmos no *site Google*, utilizando os termos entre aspas e na língua portuguesa, tendo como ocorrências: a) “Cartilha sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”^{5, 7} (sete) documentos; e para “Carta de Princípios para os Negócios de Impacto”, 5 (cinco) resultados.

A análise dos documentos foi realizada tendo como base as seguintes etapas: a) leitura dos documentos na íntegra; b) descrição de palavras-chaves e pontos de atenção nos capítulos/seções de forma manuscrita no corpo dos documentos; c) leitura das descrições dos dois documentos lado a lado. Os resultados alinhados ao objetivo da pesquisa foram tratados de forma descritiva, cujos autores apontam as convergências entre o conteúdo dos documentos, apontando alinhamentos ou desalinhamentos.

NEGÓCIOS DE IMPACTO

Para a Força Tarefa de Finanças Sociais (2015), os imensos desafios sociais e ambientais do Brasil exigem modelos inovadores e escaláveis de negócios, em busca da redução da pobreza, diminuição da vulnerabilidade de pessoas e comunidades e propiciem o alcance do equilíbrio sustentável com o meio ambiente, tarefas críticas e urgentes para a sociedade.

As ações governamentais e não governamentais realizadas por ONGs e instituições da sociedade civil muito têm realizado ao longo destes anos, porém, à medida que as instituições que possuem um propósito socioambiental concentram suas ações com crescimento, de forma aritmética, os

5 Disponível em: [http://www.cifalcuritiba.org.br/uploadAddress/Cartilha-PNUD-Agenda-2030\[70892\].pdf](http://www.cifalcuritiba.org.br/uploadAddress/Cartilha-PNUD-Agenda-2030[70892].pdf)

6 Disponível em: http://ice.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Carta_Principios.pdf



problemas sociais e ambientais crescem geometricamente e em alguns casos exponencialmente, dificultando assim a minimização em larga escala.

Nessa perspectiva, segundo a Força Tarefa de Finanças Sociais (2015), os negócios de impacto surgem como uma forma de intervenção socioeconômica, que integra os diferentes atores impactados ou impactantes, na busca por inovação, transformação social e desempenho financeiro, criando um ecossistema gerador de inovações, novos mercados, impacto social e sustentabilidade financeira.

Desta forma, os negócios de impacto podem ser conceituados segundo a Força Tarefa de Finanças Sociais (2015, p. 5) como:

Empreendimentos que têm a missão explícita de resolver problemas sociais ou ambientais, como os relacionados à qualidade da educação, serviços de saúde, mobilidade urbana, redução de emissões de carbono e outras áreas de atendimento a necessidades básicas da população de baixa renda, ao mesmo tempo em que geram resultado financeiro positivo de forma sustentável.

O SEBRAE (2017) entende negócios sociais como: “iniciativas financeiramente sustentáveis, geridas por pequenos negócios, com viés econômico e caráter social e/ou ambiental, que contribuam para transformar a realidade de populações menos favorecidas e fomentem o desenvolvimento da economia nacional”. Nesse sentido, os negócios de impacto podem ter diferentes estruturas legais, sendo desde associação, fundações, cooperativas ou até mesmo uma empresa.

No entanto, é um princípio básico ter em sua missão o propósito de gerar impacto socioambiental positivo, além de ter uma governança que leva em consideração os interesses de investidores, clientes e a comunidade envolvida e sustentabilidade (ICE, 2017).

CARTA DE PRINCÍPIOS PARA NEGÓCIOS DE IMPACTO - FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS – ICE

A Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil é uma iniciativa da Força Tarefa de Finanças Sociais, lideradas pelo Instituto de Cidadania Empresarial - ICE, sediado na cidade de São Paulo, Brasil.

Este documento foi desenvolvido por especialistas e organizações brasileiras com propósito de conceituar e parametrizar os Negócios de Impacto, possibilitando a construção de um diálogo qualificado sobre as oportunidades e os desafios do setor, a mitigação de eventuais desvantagens competitivas e a potencialização dos atributos únicos deste tipo de empreendimento em relação aos negócios tradicionais já estabelecidos.

A preocupação por um ecossistema equilibrado visa promover os incentivos e a conscientização para o desenvolvimento de negócios que buscam o impacto social positivo e as transformações sociais, tendo como aspectos norteadores deste documento: a) Apoio ao desenvolvimento de um ecossistema de organizações que promovem o crescimento do campo das Finanças Sociais e dos Negócios de Impacto; b) Incentivo ao nascimento de organizações facilitadoras; c) Atração de recursos financeiros, humanos e tecnológicos que possam ser investidos nesses empreendimentos (ICE, 2015).



FIGURA 1: ECOSISTEMA DE FINANÇAS SOCIAIS.



Fonte: ICE, 2015, p. 5.

Como demonstrado na Figura 1, o ecossistema delinea-se em quatro macrocategorias, sendo: a) Oferta de Capital, que inclui governo, organismos nacionais de fomento, organismos multilaterais de crédito, pessoas jurídicas, instituições de finanças comunitárias, setor privado e pessoas físicas, sendo estes os mais propensos a ofertarem recursos no ecossistema; b) Demanda de Capital, aqueles que necessitam de recursos: formado pelos considerados Negócios de Impacto, podendo ser: 1) Organizações da sociedade civil com geração de receita; 2) Organizações da sociedade civil com negócio social; 3) Cooperativas; 4) Negócios com missão social ou ambiental com restrição na distribuição de dividendos; e 5) Negócios com missão social ou ambiental sem restrição de distribuição de dividendos.

Porém, compreende-se que um ecossistema deve aproximar aqueles que demandam capital, daqueles que ofertam capital e vice-versa. Para isto a Figura 1 apresenta, no seu centro, os mecanismos, ou seja, canais para que os recursos possam ser alocados, sendo: as modalidades e os fluxos de capital, como a filantropia, os empréstimos e os fundos sociais, fundos patrimoniais, investimento com objetivo de retorno financeiro/impacto social (*impact investing*), *crowdfunding*, contrato de *performance (social basic bonds)*, microcrédito, *mobile giving*, empréstimos, comercialização de bens e serviços.

Entretanto, mesmo que a oferta de capital, a demanda de capital e os mecanismos sejam conhecidos, o ecossistema requer a atuação dos intermediários, tendo como finalidade conectar, facilitar e certificar tanto quem oferta, como quem demanda, por meio de recursos e serviços financeiros, gestão e acesso a investidores, monitoramento, avaliação e certificação; e conhecimento e informação.



Esse modelo de ecossistema possibilita que todos os envolvidos possam interagir de forma que as proposições de negócios possam, além de ter sustentabilidade, gerar impacto social positivo, com vistas à transformação de realidade e da vida das pessoas. Para que efetivamente esta transformação aconteça, os princípios para que uma organização possa ser considerada um negócio de impacto devem observar e adotar como prática contínua 4 princípios Carta de Princípios para Negócios de Impacto (ICE, 2015, p. 6), a saber:

a) Princípio 1: compromisso com a Missão Social e Ambiental, entende-se, segundo a Força Tarefa de Finanças Sociais, que a organização deve explicitar em seus documentos legais e de comunicação o compromisso com a sua missão social e ambiental como parte de seu objetivo central, apresentando a teoria de mudança na missão, na visão e nos valores; inclusão no contrato social, estatuto ou semelhante, no item objeto social à transformação que pretende gerar, comunicando de forma sistemática junto aos meios de comunicação interna e externa da organização.

b) Princípio 2: compromisso com o Impacto Social e Ambiental Monitorado refere-se à explicitação da Teoria de Mudança, bem como do monitoramento e da publicização periódica, explicitando as métricas de resultados e dos impactos sociais e ambientais monitorados; no acompanhamento, coleta e análise dos dados oriundos dos resultados alcançados; na busca de reportar os dados de forma eficaz e acessível às partes interessadas no alcance ou não dos objetivos; além de seus resultados auditados por organização externa independente.

c) Princípio 3: compromisso com a Lógica Econômica, as organizações devem buscar a sustentabilidade financeira, originadas de receitas de produtos ou serviços ofertados à sociedade, permitindo alavancar soluções sociais e ambientais economicamente viáveis e possíveis de escala que, inicialmente para alcançar escala e crescimento, podem utilizar de recursos filantrópicos ou de subsídios, a curto e médio prazo, devendo apresentar seus planos de negócios e demonstrativos de resultados, na atração de investidores e de contratos comerciais de maior porte e duração.

A aderência à lógica econômica, o negócio impacto deve passar do nível 1 ao nível 4, sendo: Nível 1: dependente de capital filantrópico para cobrir mais de 50% de seus custos operacionais; nível 2: dependente de capital filantrópico para cobrir de 25% a 50% de seus custos operacionais; nível 3: dependente de capital filantrópico para cobrir até 25% de seus custos operacionais; e nível 4; não depende de capital filantrópico.

d) Princípio 4: compromisso com a Governança Efetiva nas Organizações, deve considerar os atores do ecossistema como parte fundamental de seu desenvolvimento, por meio de uma de governança efetiva na busca da implementação de estratégias que visem à obtenção dos objetivos institucionais, para o alcance da missão e da visão.

Deixar um legado socioambiental com uma distribuição balanceada do risco entre investidores, empreendedores, fornecedores, clientes, comunidades e sociedade; transparência na tomada de decisões informados os stakeholders, ou seja, todos os envolvidos no ecossistema e os impactados, por meio da participação efetiva e da comunicação organizacional; e compartilha com a comunidade a governança, a propriedade e o desenho do negócio.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU

Para a ONU (2015), o desenvolvimento sustentável é definido como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades, demandando um esforço coletivo, inclusivo, resiliente e sustentável para todos no planeta.

Em 2015, chefes de Estado, de Governo e representantes da Organização das Nações Unidas reuniram-se e adotaram a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, a qual inclui os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Segundo o PNUD Brasil (2015), a nova agenda é uma ação mundial coordenada entre os governos, as empresas, a academia e a sociedade civil para alcançar os ODS e suas metas, de forma a erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. Equilibrar proteção ao meio ambiente, crescimento econômico e inclusão social são os desafios e devem estar interligados, visando à criação de melhores oportunidades, redução das desigualdades, elevação dos padrões de vida, o estímulo à inclusão e ao desenvolvimento social justo, gerenciado de forma integrada e sustentável os recursos naturais dos ecossistemas (ONU, 2015). A Cartilha dos ODS apresenta 17 objetivos com suas metas mundiais para transformar o mundo. A Figura 2 ilustra os objetivos.

FIGURA 2: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS.



Fonte: PNUD, 2015.

ODS 1 - Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as formas, em todos os lugares;

ODS 2 - Fome Zero: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

ODS 3 - Boa Saúde e Bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades;



ODS 4 - Educação de Qualidade: assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

ODS 5 - Igualdade de Gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

ODS 6 - Água Limpa e Saneamento: assegurar disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

ODS 7 - Energia Acessível e Limpa: assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

ODS 8 - Emprego Digno e Desenvolvimento Econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;

ODS 9 - Industrial, Habitação e Inovação: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

ODS 10 - Redução das Desigualdades: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

ODS 12 - Consumo Responsável: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

ODS 13 - Combate as Mudanças Climáticas: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Para este tema, a Agenda 2030 reconhece que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima é o fórum internacional, intergovernamental para negociar respostas à mudança do clima;

ODS 14 - Vida Debaixo da Água: conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

ODS 15 - Vida sobre a Terra: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

ODS 16 - Paz e Justiça: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

ODS 17 - Parceria pelas Metas: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável por meio das: I) Finanças; II) Tecnologia; III) Desenvolvimento das Capacidades; IV) Comércio; V) Questões Sistêmicas; VI) Parcerias Multissetoriais; VII) Dados Monitoramentos e prestação de contas.

Os objetivos e as metas apresentam-se com um caráter global em sua natureza e universalmente aplicáveis, levando em conta diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, bem como respeitando políticas e prioridades nacionais, implementados de uma forma integrada.

Para que aconteça a implementação dos objetivos na obtenção das metas, a Agenda 2030 prevê elementos subjacentes importantes, sendo: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias (PNUD, 2015).

As pessoas podem contribuir para acabar com a pobreza e a fome, bem como garantir que os seres



humanos possam realizar o seu potencial com dignidade e igualdade, em um ambiente saudável. Neste sentido, o planeta não pode ser degradado, visando, inclusive, ao meio do consumo e da produção sustentável, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e de medidas urgentes para combater a mudança global do clima, para que seja possível atender as necessidades das gerações presentes e futuras. A prosperidade deve assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza. Na perspectiva da paz, visando à promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres de medo e da violência e por fim, as parcerias para mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030 de forma solidária, global, fortalecida, com a participação das nações, grupos e pessoas interessadas.

Ainda segundo o PNUD (2015), os 17 ODS e as 169 metas serão acompanhados pelos indicadores desenvolvidos pelo Grupo Interagencial e de Peritos sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GIPI-ODS), sendo acompanhado, revisado e explicitado anualmente pelo Relatório do Progresso dos ODS. Prevê-se que o alcance dos objetivos traçados contribuirá para a melhoria do planeta e das gerações futuras.

PONTOS DE CONVERGÊNCIAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Diante dos conteúdos destacados no item anterior e de acordo com o objetivo deste estudo, serão descritos a seguir pontos de convergência entre os dois documentos, na visão dos autores deste estudo, sendo:

QUADRO 1: PONTOS DE CONVERGÊNCIA ENTRE OS DOCUMENTOS - CARTAS DE PRINCÍPIOS PARA OS NEGÓCIOS DE IMPACTO E CARTILHA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Pontos de Convergências	Carta de Princípios para Negócios de Impacto	Cartilha dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Destaque para a Sustentabilidade	Os documentos apresentam em diversos momentos de forma explícita conteúdos que destacam a preocupação com o tema sustentabilidade, na busca da geração de impacto positivo, que possa gerar a transformação da realidade das pessoas, organizações e do meio ambiente.	
Busca por uma Classificação	Apresenta a classificação dos negócios de impacto, quanto à sua abrangência, formatos legais e modelos de negócios, sendo 5 tipos. Classifica também os agentes formadores do ecossistema de finanças sociais, como: oferta de capital em 7 tipos; intermediários em 4 tipos; mecanismos de capital em 10 tipos.	Classifica os objetivos de desenvolvimento sustentável, metas e elementos contribuintes para o atendimento da Agenda 2030 da ONU, baseada em 17 objetivos.



Identificação dos Agentes de Transformação	Destaca os agentes públicos, organizações e pessoas físicas, sendo: grandes empresas; gestores de recursos financeiros; institutos e/ou fundações empresariais e/ou familiares; aceleradoras e/ou incubadoras de negócios; bancos e/ou agências de desenvolvimento; gestores públicos e universidades.	Explicita o envolvimento dos 193 estados membros da ONU, que contribuíram para construção dos 17 objetivos e das 169 metas. Este tem como objetivo estimular, articular e promover ações que possam contribuir para a obtenção das metas e objetivos nos países, mobilizando recursos financeiros, desenvolvimento de capacidades e tecnologia, geração de dados e fortalecimento das instituições.
Estratégias de Implementação	Apresenta em seu conteúdo os compromissos e níveis de cada princípio, bem como das premissas para a condução dos negócios de forma ética e responsável, sendo: a) Cumprimento de todas as legislações vigentes; b) Pagamento de salários adequados; c) Consulta e transparência na tomada de decisões como forma de manter o diálogo e como o público de interesse; d) Operação em rede por meio de parcerias; e) Respeito à diversidade e aos direitos humanos e sensibilidade ao patrimônio histórico e cultural dos povos e regiões.	Explicita no documento que políticas, estratégias, planos e programas para o desenvolvimento sejam de responsabilidade dos países membros da ONU, sendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável um guia para o alinhamento dos países na busca do alcance dos objetivos globais.
Acompanhamento e Avaliação	Não apresenta de forma explícita no conteúdo do documento, porém o ICE - Instituto de Cidadania Empresarial, promotora dos movimentos dos negócios de impacto no Brasil, tem realizado um trabalho visando ao acompanhamento das ações realizadas pelos programas, como: Programa Academia e a Rede NIFS - Negócios de Impacto e Finanças Sociais; Programa de Apoio a Aceleração e Incubação de Impacto; Apoio às Organizações Estratégicas do Ecossistema; Fórum Brasileiro de Finanças Sociais e Negócios de Impactos; e, mentorias (ICE, 2015).	Acontece por meio de um conjunto de indicadores globais desenvolvidos pelo Grupo Interagencial e de Peritos sobre os Indicadores dos ODS, sendo pontos práticos de partida para o trabalho do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e da Assembleia Geral da ONU (PNUD, 2015). São 230 indicadores, sendo 150 indicadores já definidos e 80 indicadores estão em fase de discussão. A Secretaria Geral da ONU é responsável por realizar o Relatório de Progresso dos ODS.

Fonte: Os autores.



Os pontos de convergências observados nestes dois documentos têm como destaque a sustentabilidade; a busca por uma classificação; a identificação dos agentes de transformação; as estratégias de implementação; e o acompanhamento e avaliação. Estas variáveis podem ser consideradas importantes, visto que geram direcionadores para que organizações, líderes e países possam implementar ações voltadas para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, os negócios de impacto, inerentes ao ecossistema de finanças sociais, são instituições promotoras de mudança e geradoras de transformações e impactos positivos, podendo servir como elemento fomentador de novos arranjos sociais e maior desenvolvimento social.

Para Tomolo Neto e Trevizam (2016), um dos desafios estabelecidos para os ODS é o que trata da orientação coerente e convergente das políticas que assegurem a complementaridade de esforços em diferentes esferas – cooperação, comércio e financiamento. Contudo, a coerência de políticas requer uma visão consistente do desenvolvimento perseguido e, diante dos diversos interesses em disputa, a construção dessa visão se configura como uma tarefa complexa.

Compreendendo que organizações e pessoas são os geradores de transformação, o ICE compreende que os Negócios de Impacto e o Ecossistema de Finanças Sociais são os propulsores da transformação socioambiental. Tomolo Neto e Trevizam (2016) compreendem a importância das esferas cooperação, comércio e financiamento, quando:

Define o conceito de Negócios de Impacto, sendo negócios sustentáveis e orientados para a geração de impacto socioambiental;

Mapeia o ecossistema de finanças sociais e os quatro agentes deste ecossistema;

Delineia os negócios de impacto, podendo estes ser: Organizações da sociedade civil com geração de receitas; Organização da sociedade civil com negócio social; Cooperativas; Negócios com missão social ou ambiental com restrição na distribuição de dividendos; e Negócios com missão social ou ambiental sem restrição na distribuição de dividendos;

Elabora a Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil, sendo um orientador para os agentes do ecossistema orientarem-se na busca do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas.

Diferentemente de outros países, que ainda estão em fase de estruturação do seu ecossistema, pode-se observar que os pontos de convergências apresentados nos documentos observados neste estudo oportunizam a líderes de organizações e países como direcionarem suas ações em busca da geração de impacto socioambiental positivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos desenvolvidos por esta pesquisa, considera-se a existência de pontos de convergências entre os dois documentos, quando estes destacam a variável sustentabilidade, a busca por uma classificação dos negócios de impacto e dos objetivos, para que possa orientar as pessoas, as organizações e as nações que venham a utilizar destes conteúdos.

Apresenta também uma indicação dos agentes que podem ser os mobilizadores, as estratégias de implantação e acompanhamento e avaliação, sendo líderes de estados, organizações e pessoas físicas. Cabe destacar que os documentos possuem origens diferentes, ou seja, de instituições



diferentes, que possuem, inclusive, dimensionamentos diferentes, já que a Cartilha de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possui uma dimensão mundial, proposta pela ONU e a Carta de Princípios para os Negócios de Impacto possui uma dimensão nacional, em nível de Brasil.

Considerando a variável dimensão, pode aparecer um questionamento quanto à gênese deste trabalho, mas por que a busca de pontos de convergências em um documento de abrangência internacional com um documento de abrangência nacional? Uma das possíveis respostas pode estar relacionada ao conceito de negócios de impacto, seus agentes, estratégias de implantação e acompanhamento e avaliação, visto que a obtenção dos ODS se dará na prática a partir de organizações, como classificadas pela Força Tarefa de Finanças Sociais e seu ecossistema, apresentados na Figura 1, para que “na ponta” possa haver um resultado efetivo, já que os ODS devem ser aplicados nos países membros da ONU; e a Carta de Princípios para os Negócios de Impacto contribui para tal intento.

O alinhamento dos dois documentos é fundamental, quando do entendimento de princípios, conceitos, direcionadores e modelos para que sejam efetivos e eficazes quando da condução das ações junto à sociedade. De forma geral, um modelo deve estar atrelado ao outro. Observa-se que a juventude dos documentos, possuindo menos de 5 anos de existência, pode ser um fator motivador para outras investigações e pesquisas, tanto de forma isolada, como correlacionada, como propôs este estudo.

REFERÊNCIAS

- BOENTE, A.; BRAGA, G. **Metodologia científica contemporânea**. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS - FTFS. **Carta de princípios para negócios de impacto no Brasil**. São Paulo: ICE, 2015.
- INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL - ICE. **Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil**. 2015. Disponível em: <http://ice.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Carta_Principios.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.
- INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL - ICE. **Inovação Cidadania Empresaria: Negócios de Impacto**. 2017. Disponível em: <<http://ice.org.br/negocios-de-impacto/>>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- MULGAN, G. *et al.* **Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated**. London: Skoll Centre for Social Entrepreneurship, 2007.
- MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J., MULGAN, G. **The open book of social innovation**. London: The Young Foundation, 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Guia sobre o Desenvolvimento Sustentável: 17 Objetivos para transformar o nosso mundo**. New York: Unric, 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2016.
- PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico prática**. 13.ed. São Paulo: Papirus, 2007.



PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: < <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>>. Acesso em: 25 out. 2016.

RAMOS, P.; RAMOS, M. M.; BUSNELLO, S. J. **Manual prático de metodologia da pesquisa: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese**. Blumenau: Acadêmica, 2003.

SACHS, Y. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Desenvolvimento Social: Negócios de Impacto Social**. 2017. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/sebraeaz/negocios-de-impacto-social,8e1578e27c28c510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

TOMOLO NETO, R.; TREVIZAM, R. O que define o perfil da agenda de desenvolvimento? **Projeção e Docência**, Brasília, v.7, n.1, p.1-12, 2016.